

SEC CIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS

CNPJ/MF: 16.944.190/0001-35

SEC CIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS

Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

(Em Reais).

SEC CIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS

CNPJ/MF: 16.944.190/0001-35

Blumenau – SC, 13 de agosto de 2021.

Aos acionistas da

SEC CIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS

Senhores Acionistas,

A Administração da **SEC CIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras ao período de 01 de janeiro de 2021 à 31 de dezembro de 2021.

A Companhia é uma sociedade por ações constituída em 5 de setembro de 2012 de acordo com as leis brasileiras vigentes, e tem como objetivo a exploração do negócio de I- securitização de direitos creditórios comerciais e industriais, financeiros, agronegócios e imobiliários, assim compreendida a compra, venda e prestação das respectivas garantias em créditos imobiliários, II- emissão e colocação no mercado privado (sem intermediação de instituição financeira) de títulos e valores mobiliários e de Certificados de recebíveis imobiliários (“CRI”), III- prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de títulos e valores mobiliários, IV- prestação de serviços e realização de outros negócios referentes a operação no mercado secundário de créditos imobiliários, de acordo com a lei 9.514 de 20.11.1997 e das normas que vierem a alterá-la, substituí-la ou complementá-la; V – Emissão de debêntures em regime distribuição pública ou privada na forma da Lei 6.404/76. IV realizar negócios e prestação de serviços de seleção, administração e cobrança de direitos de créditos lastreados nos títulos e valores relacionados à atividade de securitização de créditos.

Atenciosamente,

SEC CIA SECURITIZADORA DE CREDITOS S/A

Diretor Presidente
Sidení Moratelli

SEC CIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS

CNPJ/MF: 16.944.190/0001-35

Balanço Patrimonial dos exercícios findos em:

(Valores expressos em reais)

ATIVO	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	344.555	455.576
Direitos creditórios a receber	6	116.432.872	23.261.586
Impostos a recuperar		11.330	13.849
Outros Créditos	7	615.162	13.328
Total do Ativo Circulante		117.403.919	23.744.339
Valores a receber com partes relacionadas	8	528.803	88.500
Ativo Imobilizado		4.550	
Total do Ativo não Circulante		533.353	88.500
Total do Ativo		117.937.272	23.832.839
PASSIVO			
Passivo Circulante			
Valores a repassar a clientes	9	196.521	325.943
Fornecedores		5.000	
Obrigações Tributárias		3.966	12.982
Total do Passivo Circulante		205.487	338.925
Passivo não Circulante			
Títulos e Valores Mobiliários	10	118.184.937	23.903.803
Total do Passivo Circulante		118.184.937	23.903.803
Patrimônio líquido			
Capital social integralizado		2.000	2.000
Prejuízos acumulados	11	(455.152)	(411.889)
Total do patrimônio líquido		(453.152)	(409.889)
Total do Passivo		117.937.272	23.832.839

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

SEC CIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS

CNPJ/MF: 16.944.190/0001-35

Demonstração do Resultado dos exercícios findos em:

(Valores expressos em reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita de Securitização		495.236	740.394
Receita de Serviços		249.020	162.940
(-) Custo de Captação		(525.656)	(872.837)
(-) Impostos e Contribuições		(21.372)	(6.776)
Receita operacional líquida		197.228	23.721
(Despesas) / Receitas operacionais		(208.926)	(44.340)
Despesas gerais e administrativas		(208.926)	(44.340)
Lucro antes do Resultado Financeiro	12	(11.698)	(20.619)
Despesas financeiras		(28.269)	(5.995)
Receitas financeiras			791
Resultado financeiro líquido	13	(28.269)	(5.204)
Resultado antes das provisões		(39.967)	(25.823)
(-) Provisão para imposto de renda e Contribuição Social Sobre o Lucro		(3.296)	
LUCRO LÍQUIDO/(PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		(43.263)	(25.823)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

SEC CIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS

CNPJ/MF: 16.944.190/0001-35

Demonstração do fluxo de caixa dos exercícios findos em:

(Valores expressos em reais)

	31/12/2020	31/12/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do IRPJ e CSLL	- 43.263	- 25.823
Ajustado por:		
Remuneração de Debentures	525.656	872.837
Ajuste de exercício anterior		- 156.533
	482.393	690.481
(Aumento)/Diminuição das contas ativas		
Direitos creditórios a receber	- 93.171.286	- 18.260.474
Impostos a recuperar	2.519	- 9.566
Outros créditos	- 601.834	151.411
Aumento/(Diminuição) das contas passivas		
Valores a repassar para clientes	- 129.422	252.897
Obrigações com fornecedores	5.000	
Obrigações Tributárias (exceto IR e CS)	341	12.771
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	-93.412.289	-17.162.480
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro	- 9.357	
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	-93.421.646	-17.162.480
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	- 4.550	
Empréstimo a partes relacionadas	- 440.303	- 54.000
Caixa líquido das atividades de investimentos	- 444.853	- 54.000
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Resgate de CRI	- 320.995	- 1.240.391
Ingressos decorrentes da emissão de debêntures	94.076.473	18.821.589
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	93.755.478	17.581.198
Aumento/(Diminuição) Líquida de caixa e equivalentes de caixa	- 111.021	364.718
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	455.576	90.858
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	344.555	455.576

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

SEC CIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS

CNPJ/MF: 16.944.190/0001-35

Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em:

(Valores expressos em reais)

	Capital Social Subscrito	(-) Capital Social a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	20.000	(18.000)	(229.533)	(227.533)
Resultado do período			(25.823)	(25.823)
Ajuste de exercício anterior			(156.533)	(156.533)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	20.000	(18.000)	(411.889)	(409.889)
Resultado do período			(43.263)	(43.263)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	20.000	(18.000)	(455.152)	(453.152)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

SEC CIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS

CNPJ/MF: 16.944.190/0001-35

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em reais).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A SEC CIA Securitizadora de Crédito, é uma sociedade anônima de capital fechado, não financeira, constituída em 02 de agosto de 2012, de acordo com as leis brasileiras vigentes, e tem como objetivo social a exploração do negócio de I- securitização de direitos creditórios comerciais e industriais, financeiros, agronegócios e imobiliários, assim compreendida a compra, venda e prestação das respectivas garantias em créditos imobiliários, II- emissão e colocação no mercado privado (sem intermediação de instituição financeira) de títulos e valores mobiliários e de Certificados de recebíveis imobiliários ("CRI"), III- prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de títulos e valores mobiliários, IV- prestação de serviços e realização de outros negócios referentes a operação no mercado secundário de créditos imobiliários, de acordo com a lei 9.514 de 20.11.1997 e das normas que vierem a alterá-la, substituí-la ou complementá-la; V – Emissão de debêntures em regime distribuição pública ou privada na forma da Lei 6.404/76. IV realizar negócios e prestação de serviços de seleção, administração e cobrança de direitos de créditos lastreados nos títulos e valores relacionados à atividade de securitização de créditos. Tem sede na Rua Almirante Barroso, nº 1265, Sala 03, Bairro Vila Nova, cidade de Blumenau, estado de Santa Catarina, CEP: 89035-402.

2. RISCOS

- 2.1 Risco de mercado:** Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactem os preços dos ativos transacionados e/ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macros sistêmicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e outras.
- 2.1 Política anti-inflacionária:** No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de fragilidade nos controles inflacionários. As medidas do Governo Federal realizadas para combate e controle da meta de inflação contribuem para a incerteza econômica e aumentam a volatilidade das taxas de juros dos títulos. Essas medidas podem, no futuro, ter um efeito material desfavorável sobre a economia e sobre os ativos que lastreiam as Debêntures emitidas pela Companhia.
- 2.2 Risco institucional:** Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, do auto regulação (a cargo dos próprios agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos.

SEC CIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS

CNPJ/MF: 16.944.190/0001-35

Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco.

2.3 Risco fiscal: A política fiscal é o conjunto de medidas tomadas pelo governo para que haja estabilização da economia, redistribuição de renda e a alocação dos recursos. Seguindo estes parâmetros, o governo planeja para 2022 alcançar a meta fiscal, aumentar investimentos e retomar o crescimento do país.

2.4 PIS/ COFINS: São tributos que tem a mesma base de cálculo e forma de cobrança similar, não justificando então duas contribuições com legislações próprias e quase idênticas. Assim, já é esperada a unificação desses impostos, receando, entretanto, o mercado com a expectativa de aumento das alíquotas. Havendo mudança no imposto existe o risco da operação da Companhia sofrer um impacto direto, uma vez que suas receitas brutas são tributas pelo PIS/COFINS e atualmente estão enquadradas conforme as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Se aprovado a unificação proposta pela equipe econômica do Governo federal, os impostos deixarão o regime de “não cumulatividade” elevando demasiadamente as alíquotas – PIS de 0,65% para 1,65% e COFINS de 4% para 7,6% – ocasionando também em um encarecimento da operação e possível fuga de clientes.

2.5 Risco Operacional: Associado à possibilidade de eventos adversos intrinsecamente associados aos participantes do mercado, empresas e demais entidades, tal risco está ligado a práticas internas de gestão e a processos organizacionais.

2.6 Direitos Creditórios: O principal risco incidido sobre a Companhia refere-se a possível redução dos recebimentos dos devedores de direitos creditórios causado pela instabilidade no ambiente econômico. Especialistas afirmam que em um cenário de extrema crise econômica, os recebimentos possam sofrer redução de até 50%.

2.7 Risco de Crédito: O risco de crédito está associado à possibilidade de uma das partes de uma transação não cumprir sua obrigação com as demais, deixando de honrar compromisso financeiro assumido.

2.8 Inadimplência: O quadro de recessão na economia afeta diretamente o ritmo de negócios e a geração de caixa das empresas. Consequentemente gera um aumento da taxa de juros por conta do cenário inflacionado e um aumento das restrições para se obter crédito, resultando assim, no aumento das taxas de inadimplência. Com o aumento significativo da inadimplência é possível que os devedores dos créditos negociados com a Companhia não tenham capacidade de cumprir com

suas obrigações e, como o pagamento dos investidores das Debêntures emitidas pela Companhia está baseado no pagamento dos direitos creditórios, isto pode alterar o retorno previsto pelos investidores.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis brasileiras que compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo CPC e homologados pelos órgãos reguladores, e práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam ao ***“Pronunciamento Conceitual Básico Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis emitido pelo CPC”*** e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais.

Continuidade: As demonstrações contábeis foram elaboradas tendo como premissa que a Companhia está em atividade, e, assim irá manter-se por um futuro previsível, e ainda que existe o firme propósito de continuar suas atividades e que não se visualizou qualquer probabilidade de descontinuidade. Ainda para o lapso de doze meses, da data das demonstrações contábeis, não ficou caracterizada, por qualquer forma, inclusive por vontade da administração, a redução drástica na escala de suas operações.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, provisão para receitas incorridas que ainda não foram faturadas, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões

4.1 Moeda funcional: As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, sendo o Real (R\$) a moeda funcional da Companhia.

4.2 Reconhecimento de receita:

i. Prestação de serviços

A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos mesmos, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser

medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

ii. Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira” nas demonstrações do resultado.

iii. Receita de securitização

O *spread* da operação decorre, basicamente, da diferença entre o preço pago pela Companhia na aquisição do crédito e o preço de colocação das debêntures aos investidores. Em outras palavras, a Companhia adquire o lastro de crédito, aplicando determinado fator que somente será em parte repassada como forma de remuneração, de modo que a diferença observada entre as taxas consiste no *spread* realizado.

4.3 Impostos e contribuições

- i. Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido – correntes. O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240.000 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.
- ii. Imposto sobre serviços. As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:
 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - Seguindo a Lei 10.684/2003, a alíquota da COFINS fica elevada para 4% (quatro por cento) para as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Entre elas as **sociedades de crédito imobiliário**.
 - Programa de Integração Social (PIS) – 0,65%
 - Imposto Sobre Serviços (ISS) – 2% a 5%;

4.4 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração: Ativos financeiros – reconhecimento e mensuração. Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado a valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, que é composto pelo caixa e equivalentes de caixa, bancos conta movimento e aplicações de liquidez imediata.

SEC CIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS

CNPJ/MF: 16.944.190/0001-35

4.5 Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos: A Companhia não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

4.6 Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”): A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. A Administração avaliou o efeito deste procedimento e, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro 2020 não identificou ajustes a serem contabilizados.

4.7 Provisão para redução ao valor de recuperação de direitos creditórios: Os direitos creditórios são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, que requer a análise da carteira quanto ao atraso das operações, conforme regras e procedimentos definidos na Instrução normativa 1.700 da Receita Federal em seu art. 71.

4.8 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes): Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses, caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

4.9 Caixa e equivalentes de caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4.10 Tributos a compensar: Uma vez identificado valores de tributos passíveis de compensação, seja por recolhimento indevido ou a maior, tais valores devem ser

SEC CIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS

CNPJ/MF: 16.944.190/0001-35

contabilizados em contas do ativo, com a corresponde atualização, de acordo com a legislação de regência. Para efeito de contabilização e cômputo na base de cálculo do IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro, os juros devem ser apropriados pelo regime de competência. A empresa deverá manter controles extra contábeis dos créditos a compensar, bem como dos valores dos juros apropriados e dos valores compensados, para fazer prova frente a possíveis questionamentos por parte do Fisco.

4.11 Informações por segmento: O CPC 22 requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos utilizados pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance. A Administração efetuou a análise mencionada e concluiu que a Companhia opera em um único segmento (securitização de créditos) e por isso não há a necessidade de nenhuma divulgação adicional.

4.12 Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes na data-base das demonstrações financeiras.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, se aplicável. O caixa e equivalentes de caixa existentes na sociedade compõem-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos Bancários à vista	344.555	455.556
Aplicação Financeira		20
Total de caixa e equivalentes de caixa	344.555	455.576

6. DIREITOS CRÉDITOS A RECEBER

O saldo de Direitos Creditórios a receber é composto por direitos de créditos adquiridos de empresas originadoras, dos segmentos industriais, comerciais e da prestação de serviços. Os valores são escriturados pelo valor de custo de aquisição dos Direitos creditórios. A Companhia não está substancialmente exposta à variação do fluxo de caixa esperado associado ao direito creditório quando o cedente ou parte relacionada, em relação à operação de cessão, assumir

SEC CIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS

CNPJ/MF: 16.944.190/0001-35

obrigação não formalizada ou quando garantir, por qualquer outra forma, compensar as perdas de crédito associadas ao direito creditório objeto da operação.

- i. Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a securitizadora adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.
- ii. Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a securitizadora não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, não ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.

A classificação dos grupos acima é de responsabilidade da Administração e deverá ser estabelecida utilizando-se como metodologia, preferencialmente, o disposto na escritura de emissão de debêntures, associado aos direitos creditórios objeto da operação. Posição sintética de direitos creditórios relativa as operações:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Direitos Creditórios Lastro da 3ª emissão de debentures	3.600.000	3.600.000
Direitos Creditórios Lastro da 4ª emissão de debentures	10.900.786	10.866.986
Direitos Creditórios Lastro da 5ª emissão de debentures	3.502.135	3.500.000
Direitos Creditórios Lastro da 2ª emissão de CRI		307.510
Direitos Creditórios Lastro da 6ª emissão de debentures	1.001.000	1.000.000
Direitos Creditórios Lastro da 7ª emissão de debentures	603.150	600.000
Direitos Creditórios Lastro da 8ª emissão de debentures	4.660.312	2.287.090
Direitos Creditórios Lastro da 9ª emissão de debentures	2.102.300	1.100.000
Direitos Creditórios Lastro da 10ª emissão de debentures	1.205.531	
Direitos Creditórios Lastro da 11ª emissão de debentures	756.882	
Direitos Creditórios Lastro da 12ª emissão de debentures		
Direitos Creditórios Lastro da 13ª emissão de debentures	65.568.119	
Direitos Creditórios Lastro da 14ª emissão de debentures	17.252.233	
Direitos Creditórios Lastro da 15ª emissão de debentures	761.264	
Direitos Creditórios Lastro da 16ª emissão de debentures	207.809	
Direitos Creditórios Lastro da 17ª emissão de debentures	268.870	
Direitos Creditórios Lastro da 18ª emissão de debentures	809.135	
Direitos Creditórios Lastro da 19ª emissão de debentures	3.195.237	
Direitos Creditórios Lastro da 20ª emissão de debentures	38.109	
Total de Direitos Creditórios a receber	116.432.872	23.261.586

SEC CIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS

CNPJ/MF: 16.944.190/0001-35

7. OUTROS VALORES A RECEBER

A rubrica de outros valores a receber contempla a prestação de serviços e as despesas pagas antecipadamente, no valor de R\$ 615.162 (31/12/2020 – R\$ 13.328).

8. VALORES A RECEBER COM PARTES RELACIONADAS

A conta “de valores a receber com partes relacionadas” se refere ao contrato de mútuo entre empresas controladas pelos mesmos sócios “Audifactor Auditores Independentes S.S. no valor de R\$ 528.803, (31/12/2020 – R\$ 88.500).

9. VALORES A REPASSAR A CLIENTES

A conta “Valores a Repassar a Clientes” está composta por valores recebidos, que permanecem a pagar as empresas originadoras dos direitos de créditos. Em 31/12/2021 R\$ 196.521 (em 31/12/2020 – R\$ 325.943).

10. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A Companhia realizou 20 emissões privadas de debêntures e 02 emissões privadas de CRI. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 permaneciam em aberto dos seguintes saldos:

Descrição	Data de Emissão	Data de Vencimento	Quantidade	Valor	31/12/2021	31/12/2020
2 ª Emissão de Debêntures	30/09/2014	30/12/2019	400	2.000.000	443.409	406.226
3 ª Emissão de Debêntures	23/04/2019	22/04/2023	400	4.000.000	3.699.710	3.700.000
2 ª Emissão de CRI	20/03/2019	20/07/2020	1	838.513	3.670	324.665
4 ª Emissão de Debêntures	05/02/2020	20/01/2022	12.000	12.000.000	11.117.000	11.117.000
5 ª Emissão de Debêntures	28/02/2020	27/02/2022	3.800	3.800.000	3.328.596	3.328.596
6 ª Emissão de Debêntures	07/12/2020	07/12/2022	1.200	1.200.000	1.023.783	1.023.783
7 ª Emissão de Debêntures	15/12/2020	15/12/2022	650	650.000	604.128	604.128
8 ª Emissão de Debêntures	22/12/2020	22/12/2022	6.000	6.000.000	4.661.737	2.290.737
9 ª Emissão de Debêntures	23/12/2020	22/12/2022	2.400	2.400.000	2.208.668	1.108.668
10 ª Emissão de Debêntures	11/01/2021	11/01/2023	4.300	4.300.000	1.218.000	
11 ª Emissão de Debêntures	25/01/2021	25/01/2023	1.000	1.000.000	804.488	
12 ª Emissão de Debêntures	18/03/2021	17/03/2023	4.500	4.500.000	87.560	
13 ª Emissão de Debêntures	20/04/2021	19/04/2026	72.000	72.000.000	66.214.188	
14 ª Emissão de Debêntures	20/04/2021	19/04/2023	20.000	20.000.000	17.253.000	
15 ª Emissão de Debêntures	17/05/2021	16/05/2023	800	800.000	783.000	
16 ª Emissão de Debêntures	05/07/2021	04/07/2023	190	190.000	190.000	
17 ª Emissão de Debêntures	03/09/2021	02/09/2023	350	350.000	292.000	
18 ª Emissão de Debêntures	10/09/2021	09/09/2023	1.000	1.000.000	851.000	
19 ª Emissão de Debêntures	20/09/2021	19/09/2023	3.500	3.500.000	3.250.000	
20 ª Emissão de Debêntures	19/10/2021	18/10/2023	10.000	1.000.000	151.000	
Total de títulos e valores mobiliários					118.184.937	23.903.803

SEC CIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS

CNPJ/MF: 16.944.190/0001-35

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social - O Capital Social totalmente subscrito é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), representado por 20.000 (vinte mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Capital Social a Integralizar – O saldo de Capital Social a integralizar é de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

Prejuízos Acumulados - A conta de Resultados Acumulados se encontra com prejuízos acumulados em virtude dos resultados negativos dos últimos exercícios. A Companhia tem expectativa de reversão do prejuízo nos próximos exercícios, pela valorização da carteira de Direitos Creditórios, que atualmente é mantida a custo de aquisição. O prejuízo total acumulado é de R\$ 455.152 (31/12/2020 - R\$ 411.889).

12. RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO

O Resultado Operacional é composto de receitas operacionais deduzidas às despesas operacionais, composto por:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Receitas operacionais	197.228	23.721
Receita de securitização	495.236	740.394
Receita prestação de serviços	249.020	162.940
(-) Custos da captação de recursos	(525.656)	(872.837)
(-) ISQN S/Serviços	(11.946)	(4.893)
(-) PIS	(1.408)	(209)
(-) COFINS	(8.018)	(1.673)
Despesas Operacionais	(208.926)	(44.340)
Despesas gerais e administrativas	(208.926)	(44.340)
Resultado operacional líquido	(11.698)	(20.619)

13. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O Resultado Financeiro é composto de receitas financeiras deduzidas às despesas financeiras, composto por:

Descrição (em reais)	31/12/2020	31/12/2020
Receitas Financeiras		791
Rendas sobre aplicações financeiras		791
Despesas Financeiras	(28.269)	(5.995)
Despesas bancárias	(28.269)	(5.995)
Resultado operacional líquido	(28.269)	(5.204)

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros ativamente utilizados pela Sociedade estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, direitos creditórios a receber e títulos e valores mobiliários, realizado em condições usuais de mercado, estando reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis considerando-se os critérios descritos no item 3.

Valorização dos instrumentos financeiros:

O principal instrumento financeiro ativo em 31 de dezembro de 2021, bem como os critérios para sua valorização, está descrito a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa (nota 5): os saldos mantidos em contas correntes bancárias.

Títulos e valores mobiliários (notas 6 e 10): considerando a natureza dos débitos específicos, não há valor de mercado comparável com os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2021.

Blumenau - SC, 16 de fevereiro de 2022.

Sidení Moratelli
Diretor Presidente

Juliano dos Santos Machado
Contador
CRCPR 51.229/O-8